

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



CUNHAL, Álvaro Barreirinhas (Coimbra, 1913 – Lisboa, 2005)

Nascido em Coimbra no seio de uma família de burguesia urbana, filho do advogado, escritor e pintor Avelino Cunhal (1887-1966), Álvaro Cunhal diplomou-se em Direito na Universidade de Lisboa, defendendo uma tese de licenciatura sobre a despenalização do aborto (1940). Dirigente político e intelectual comunista viria a ser secretário-geral do Partido Comunista Português (1961-1992), deputado (1975-1992), ministro sem pasta em governo provisório (1974-1975) e conselheiro de Estado (1982-1992). Colaborou activamente em periódicos como *Avante!*, *O Militante*, *Seara Nova*, *O Diabo*, *Sol Nascente*, *Vértice*.

Para Álvaro Cunhal, o conhecimento com teor histórico não se apresentou simplesmente como um domínio disciplinar específico, mas antes como a fonte de sentido primordial e geral em que a compreensão do mundo e a determinação do dever encontraram fundamento. Foi no nexos dialéctico imputado ao devir que Cunhal vislumbrou, como marxista, o fio de inteligibilidade que lhe permitiu discernir o sentido da condição e do evoluir humanos, ao mesmo tempo que subordinou, como dirigente comunista, cada um dos seus gestos ao propósito de contribuir para a era da emancipação colectiva que os tempos deixariam antecipar. Assim, a consciência histórica como horizonte de referência último não surge, no conjunto dos seus escritos, como um fundo distanciado, mas antes como uma presença tão constante que as figuras e as circunstâncias pretéritas, contemporâneas e emergentes aparecem dispostas num cenário único, que se deixa dizer por uma mesma linguagem e compreender segundo uma só lógica.

Por um lado, as grandes categorias que permitiriam pensar o poder e a vida colectiva – Estado; classes e luta de classes; modo, relações e forças de produção; revolução; entre muitas outras – não radicariam em considerações de racionalidade estrita, mas apresentar-se-iam como expressões das constantes históricas fundamentais que atravessariam as diferentes épocas e, como tal, também a muito longa duração capitalista. Por outro lado, cada um dos fenómenos da realidade social surge interpretado à luz do significado histórico geral que se lhe imputa, o que se revela tão válido na análise política quanto na compreensão das disposições jurídicas ou, ainda, na actividade polémica, crítica e ensaística de cariz ideológico, literário e artístico.

Da verificação da matriz histórica do pensamento de Álvaro Cunhal não decorre, contudo, uma vocação historiográfica, pois, a seu ver, bem mais relevante do que escrever a história seria fazer a própria história,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

domínio em que o historiador ocupa um papel claramente subsidiário, embora com mérito intrínseco.

Foram as vicissitudes próprias da luta política clandestina, designadamente a prisão ao longo da década de 1950, que acabaram por reunir as condições que conduziram o dirigente comunista a um labor cultural e de investigação regular e variado, consubstanciado em desenhos e pinturas, narrativas literárias, ensaios, tradução, peças polémicas e, mesmo, em estudo conducente a uma eventual dissertação de doutoramento.

Os escritos de Álvaro Cunhal de índole histórica foram redigidos no início deste período. A primeira versão do único estudo propriamente histórico de que foi o autor, *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, surge datada do segundo semestre de 1950, o mesmo ocorrendo com as *Notas à margem do Prefácio de António Sérgio à Crónica de D. João I*, enquanto, num plano mais circunscrito, na recensão de *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, de António José Saraiva, (redigida em 1951), considerava que a falta de enquadramento do pensamento de Herculano na evolução da realidade social do seu tempo impedia a formulação de qualquer juízo geral acerca do mérito imputável à obra, contém a indicação de ter sido redigida a 22 de Março de 1951.

Após haver circulado como material de formação política e merecer publicação em língua francesa (1967), *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média* conheceu três edições portuguesas em vida do autor (1975, 1980 e 1997) com variações e aditamentos de relevo. Enquanto a versão francesa de 1967 e a edição portuguesa de 1975 não apresentam diferenças significativas entre si, pois as alterações introduzidas foram escassas e de pormenor, já o teor das edições seguintes, revistas e aumentadas, supera o tom esquemático original através de uma profunda reelaboração do texto, de fundo coloquial, que confere à obra a fluência e o rigor tidos por necessários para chegar a um público vasto. A edição de 1997 conta igualmente com notas do autor dedicadas ao prefácio de António Sérgio à edição da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes.

O teor da obra de Álvaro Cunhal sobre a crise de 1383-1385 não se distingue pelo recurso a novas fontes ou por qualquer pesquisa de primeira mão, pois fundamenta-se na crónica de D. João I, de Fernão Lopes, e na revisão da literatura historiográfica medieval existente, com destaque para as obras de Alexandre Herculano e de Gama Barros, bem como para a interpretação da “revolução de 1383-85” desenvolvida por António Sérgio.

As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média apresenta-se como uma obra com sentido simultaneamente epistemológico, historiográfico e prático, isto é, como a aplicação da inteligibilidade marxista a um período de viragem brusca na história pátria, que não se distancia, em momento algum, do alcance ideológico e político próximo que a si própria imputa.

A incursão historiográfica de Cunhal faz relevar, em primeiro lugar, o modelo teórico que adopta, firmado nos escritos de Marx e de Engels, mestres frequentemente citados e parafraseados. O confronto entre as novas forças produtivas e a ordem feudal, a análise dos interesses das diferentes classes sociais e dos conflitos deles decorrente, a apreciação das relações de forças entre as partes e dos sistemas de alianças



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que as associam, a determinação social e política do discurso e da legitimação do poder são representações conceptuais e procedimentos interpretativos que valeriam por si, ao configurarem o corpo inteiro do modelo de abordagem histórica perfilhado. À persuasão própria de uma leitura com fundamento filosófico e método próprios, que permitiria ao investigador e ao leitor abordar o objecto histórico como realidade dialéctica expectável, e, assim, dissolver a acidental fortuna, junta-se o exemplo de concertamento de cada um dos factos presentes no evoluir dramático do período considerado numa visão global e coerente, nomeadamente daqueles aspectos que haviam resistido às interpretações alheias, como o carácter instável do monarca, o efeito inusitado da epidemia, a eloquência do tribuno ou, mesmo, do cronista.

No plano propriamente historiográfico, Álvaro Cunhal enuncia e fundamenta a tese de que em 1383 ocorreu, em Portugal, uma revolução burguesa. Embora esta interpretação já tivesse sido defendida, nomeadamente por António Sérgio, o dirigente comunista afasta-se dos argumentos por este aduzidos, que critica com veemência polémica. De forma metódica, Cunhal caracteriza as diferentes classes sociais da época, que concebe como personagens históricas estruturais, para, de seguida, descrever o processo dramático que conduziu sucessivamente ao estado de crise no reinado de D. Fernando, à revolução burguesa e à aclamação do Mestre de Avis, bem como à posterior contrarrevolução aristocrática (e, mais tarde, à própria expansão). Num quadro de ascensão económica e social da burguesia, antes de mais, da burguesia urbana, mas também dos homens-bons dos concelhos e, ainda, do proletariado incipiente, a confluência de esforços teria feito valer, de forma revolucionária, os interesses comuns, enquanto a quebra posterior desta aliança viria proporcionar as condições que permitiram à nobreza fundiária reaver uma condição similar àquela que transitoriamente perdera.

No plano prático, ideológico e político imediato, a incursão historiográfica pelos finais do século XIV não se afasta em algum momento dos desígnios revolucionários do século XX: no domínio doutrinário, recapitula os princípios e corrobora a validade universal da codificação marxista; no âmbito do combate de ideias, contrapõe uma visão dialéctica dos anos de 1383-85 e dos fundamentos da expansão à historiografia e à mitologia monistas e nacionalistas; no foro partidário, constitui um exercício de aplicação de uma teoria social revolucionária e uma advertência face a desvios estratégicos ou táticos conciliadores; no registo simbólico, cauciona o sucesso da acção política proletária com o exemplo da revolução burguesa, ambas progressistas, patrióticas, populares, com comando urbano e frente rural, igualmente sujeitas a evoluções bruscas e contraditórias. Em *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média* não pode deixar de se ver ainda uma indicação de política cultural.

A simples apreciação da disposição esquemática da edição original torna a senha polémica, tendente a dividir as águas e a constituir uma tendência historiográfica marxista, manifesta. Do lado das citações abonatórias, encontramos tão-só as de Marx e de Engels, o saber historiográfico que o dirigente comunista toma por constituído surge evocado genericamente, enquanto os autores refutados não só vêm as

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

passagens eleitas como emblemáticas formalmente transcritas como aparecem, por regra, acompanhados por epíteto ideológico, Antero e António Sérgio são classificados como reformistas, Jaime Cortesão é tido por liberal, Torquato de Sousa Soares tratado como fascista.

Pressupõe-se que a leitura histórica é imagem em que a mundividência do historiador e da sua condição social se espelha, e, como tal, necessariamente ideológica, limitada e deturpadora no caso dos autores de feição burguesa. À ilusória “ciência” histórica burguesa seria necessário contrapor a objectividade marxista do estudo da história portuguesa, perspectiva que o dirigente comunista reiterou ao longo de toda a vida, como deixou claramente frisado na abertura das muito tardias *Cinco conversas com Cunhal* relatadas por Catarina Pires.

Bibliografia activa:

As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média, Lisboa, Editorial Estampa, 1975 (2ª. ed., 1980; 3ª. ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1997); *Les Luttes de Classe au Portugal à la Fin du Moyen Âge*, Paris, “Les Cahiers du Centre D’Études et de Recherches Marxistes”, nº. 56, 1967; *Obras Escolhidas*, Lisboa, Edições “Avante!”, 2007.

Bibliografia passiva:

NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2008; PEREIRA, José Pacheco *Álvaro Cunhal. Uma biografia política. O Prisioneiro (1949-1960)*, Lisboa, Temas e Debates, 2005; PIRES, Catarina, *Cinco conversas com Álvaro Cunhal*, Porto, Campo das Letras, 1999.

Luís Andrade



APOIOS:

